

DA NATUREZA FÉRTIL À MERCADORIA ESTÉRIL: DEVASTAÇÃO POR FOME E DESMATAMENTO NO CAPITALISMO

FROM FERTILE NATURE TO STERILE MERCHANDISE: DEVESTATION BY HUNGER AND DEFORESTATION IN CAPITALISM

Carla Alessandra da Silva Nunes ¹

Resumo: A reflexão tem apoio na crítica à forma capitalista de controle sociometabólico cuja destrutividade sobre o trabalho e a natureza assume expressões devastadoras. A exposição de um conjunto de dados empíricos sobre a fome e o desmatamento no Brasil, baseada em fontes documentais, reitera a assertividade da análise teórica marxiana e marxista sobre a “incontrolabilidade do capital” e sua destrutividade social e ambiental, ao tempo em que nos coloca diante da exigência de alterar a forma alienante desse modelo de sociabilidade.

Palavras-chave: Capitalismo. Sociometabolismo. Fome. Desmatamento. Devastação.

Abstract: The reflection is supported in the critique of the capitalist form of socio-metabolic control whose destructiveness over work and nature takes on devastating expressions. The exposure of a set of empirical data on hunger and deforestation in Brazil, based on documentary sources, reiterates the assertiveness of the Marxian and Marxist theoretical analysis on the “uncontrollability of capital” and its social and environmental destructiveness, at the same time that poses the requirement to change the alienating form of this model of sociability.

Keywords: Capitalism. Sociometabolism. Hunger. Deforestation. Devastation.

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM-UFS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8797352493560215>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0205-7778>. E-mail: carlaalessandranunes@gmail.com

*[...]Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão[...]"*

(Chico Buarque e Milton Nascimento.

"O cio da terra".1977)

Introdução

O artigo se propõe a demonstrar como as expressões da destrutividade social e ambiental estão umbilicalmente ligadas à forma capitalista de controle sociometabólico que põe a natureza e o trabalho em completa subordinação aos interesses da reprodução ampliada de capital. Sem a pretensão de esgotar a complexidade do tema, recorro especificamente à problemática da fome e do desmatamento, numa perspectiva que articula sociedade-natureza: a fome que degrada os corpos famintos, esgota as energias vitais e impede o ser social de viver plenamente sua humanidade; mas também a fome do capital por terra, natureza que constitui o "corpo inorgânico do homem" (MARX, 2004), cujo desmatamento, desflorestamento, esgota suas riquezas, altera a qualidade do solo, da água, do ar, elementos que nutrem e sustentam a vida no planeta; penso que tais rastros de destruição são suficientes para demonstrar o quanto o avanço do capital alimenta a "questão ambiental" e a "questão social", cujas expressões se aprofundam na contemporaneidade.

Desde já penso ser importante informar sobre o pressuposto marxiano e marxista com que apresento a reflexão proposta. Nessa direção, a "questão social" tem fundamento na lógica de acumulação capitalista (MARX,1996) que, baseada na exploração do trabalho assalariado, expressa-se num conjunto de desigualdades sociais. Tais desigualdades são observadas desde quando a capacidade das forças produtivas em acabar com as carências humanas e atender necessidades "do estômago e da fantasia" (MARX, 1996), promoveu, contraditoriamente, o surgimento do pauperismo, no contexto do nascimento da indústria capitalista, no século XIX. Sobre tal processo, recupero a síntese de Netto (2011, p.153-154, grifos originais) que é bastante esclarecedora:

*Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão.*

Hoje, dois séculos depois, o velho e conhecido pauperismo, ganha centralidade nos debates internacionais sobre desenvolvimento humano. (ONU, 2015). Sem dúvida, há novidades espetaculares nesse antigo fenômeno: seu espraiamento por todos os cantos do mundo globalizado, dos países periféricos aos países centrais, por diferentes segmentos da classe trabalhadora e pelos diferentes âmbitos da vida social, num conjunto que reúne velhas e novas expressões da “questão social”. O que não se alterou foi a determinação fundante da pobreza no capitalismo: a exploração do trabalho, que vem sendo processada pelas novas determinações que configuram o capitalismo em seu estágio contemporâneo, comandado pela financeirização e por uma crise “rastejante” (MÉSZÁROS, 2011).

Ainda resultante das determinações estruturais e históricas que configuram o capitalismo, a “questão ambiental” se pôs no centro dos debates contemporâneos. Fugindo da superficialidade que não raras vezes dão o tom das reflexões sobre a problemática, o argumento aqui desenvolvido terá como premissa a perspectiva marxiana de metabolismo na relação homem-natureza. Em Marx (1996; 2004), as condições físico-naturais são percebidas como parte do ser natural do homem, que pela mediação do trabalho – um processo eminentemente social e histórico – pode modificar a si mesmo e as condições naturais em que vive para atender as necessidades sociais e avançar num crescente processo de humanização.

Contudo, o processo de trabalho sob controle sociometabólico do capital, põe dificuldades sociais e ambientais cada vez mais profundas que não somente travam o processo de humanização, como o faz regredir a patamares de barbárie. As contradições entre forças produtivas e relações sociais de produção limitam os avanços da ciência e da tecnologia: as alterações nas formas de exploração do trabalho, gerando mais desemprego e precarização, assim como as formas perdulárias de apropriação da natureza, transformam em catástrofes as combinações físicas, químicas e sociais, quando então maremotos, terremotos, vulcões, enchentes, seca, eventos climáticos ou pandêmicos ganham dimensões maiores ou menores, a depender da condição sócio-histórica em que nos encontramos e da classe social a que pertencemos.

A articulação entre desenvolvimento das forças produtivas e apropriação privada da riqueza tem como resultado aquilo que Mézszáros (2011) chama de “produção destrutiva”, ou seja, uma forma de produção que incorpora como um elemento intrínseco a rápida obsolescência e/ou a destruição da riqueza produzida, inclusive do próprio trabalhador, como condição para a continuidade da sua reprodução. A fome e o desmatamento são expressões dessa combinação destrutiva que articula capitalismo, trabalho e natureza.

Para abordar o tema, me apoio numa bibliografia marxiana e marxista pelas quais será possível tangenciar as categorias de metabolismo, trabalho, natureza, capitalismo e crise. Com um debate teórico que apresenta sucintamente os fundamentos da “questão social” e da “questão ambiental”, recorro a um conjunto de dados empíricos cujo levantamento em fontes documentais internacionais e nacionais, fornecem um panorama do avanço da fome e do desmatamento, buscando evidenciar particularidades desse processo na dinâmica da formação social brasileira. Tais reflexões estão nas duas sessões que dão sequência a esta introdução: a sessão “*O sociometabolismo destrutivo do capital*” e a sessão “*Expressões da devastação: fome e desmatamento no Brasil*”. Por fim, as conclusões apontam para uma síntese que nos provoca a enfrentar a necessária alteração do sociometabolismo sob controle do capital. A expansão capitalista sob a forma de mercadoria esteriliza a fecunda riqueza da terra ou o “cio da terra”, que pela mediação do trabalho deveria nos permitir “roubar da cana a doçura do mel”, na feliz expressão da poesia cantada dos compositores que abrem a epígrafe desse texto.

O sociometabolismo destrutivo do capital

A visão dialética marxiana trata de forma indissociável natureza e história. Como afirma Bensaid (1999, p.447), a concepção de metabolismo, noção posta pela ecologia nascente, traduz-se nos escritos marxianos de forma a compreendê-la enquanto “[...] troca orgânica entre o homem e a natureza mediada pelo ‘fogo vivo’ do trabalho, como ‘o nó estratégico do ser social’”. Desse modo, é o trabalho que regula as trocas metabólicas entre homem e natureza. Sem deixar de reconhecer os limites e as exigências da natureza, Marx (1996, p.297, itálicos

meus) atribui ao processo de trabalho a possibilidade histórica humana de controle sobre o metabolismo, contra qualquer perspectiva determinista ou contemplativa do materialismo, numa clara expressão do seu materialismo histórico.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, *media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza*. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. *Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.*

Ora, as trocas metabólicas entre homem e natureza ocorrem através da mediação social do trabalho e se essa mediação ocorre de formas diferentes em cada fase histórica do desenvolvimento humano, então a análise dos determinantes da destrutividade ambiental e social passa necessariamente pelas mediações sócio-históricas. Obviamente que as determinações naturais estão presentes, fazem parte do processo metabólico, a natureza impõe suas condições e responde às intervenções humanas, é um processo recíproco. Todavia, a possibilidade de garantir que essas trocas materiais se realizem de forma sustentável social e ecologicamente encontra-se no modo como os homens se organizam para produzir as condições materiais de existência, ou seja, nas relações sociais de produção.

Por isso, entendo tal como Foster (2010, p.223) que,

[...] O conceito de metabolismo, com as suas noções subordinadas de trocas materiais e ação regulatória, permitiu que ele [Marx] expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia tanto as “condições impostas pela natureza” quanto a capacidade dos seres humanos de afetar este processo.

A relação natureza e história em Marx (2004) aponta para uma dialética materialista, pela qual a matéria é determinante ontológica do ser, portanto, o ser social tem sua origem no ser natural e sua dependência em relação à natureza não cessa. A natureza é seu “corpo inorgânico”, ela constitui o ser natural do homem, está nas forças vitais do trabalho, nas carências naturais, a exemplo da fome, “[...] inextinguível reivindicação do corpo que não para de trazer o espírito para a terra e de forçá-lo a ‘confessar’ sua miserável condição material” (BENSAID, 1999, p.437). Contudo, a partir de um materialismo não mecanicista, não determinista, o autor particularizou as relações da “espécie humana” com a natureza que não se dão sob a mesma forma que as demais espécies, posto que essa relação ocorre a partir de mediações sócio-históricas de um “ser natural humano”, de onde extraiu as possibilidades de liberdade e autodeterminação humana defendidas em toda a sua obra, de forma que,

[...] Marx continuamente definia o seu materialismo como pertencendo ao “processo da história natural”. Ao mesmo tempo ele enfatizava o caráter dialético-relacional da história social e a incrustação da sociedade humana na práxis social. Qualquer tentativa de divorciar o materialismo do terreno da natureza e da ciência físico-natural era então rejeitada *ab initio*. Ao mesmo tempo, seu materialismo assumia um caráter singular, prático, no terreno social, que refletia a liberdade (e alienação) que existia internamente na história humana (FOSTER, 2010, p. 21, grifos originais)

Pelo trabalho, portanto, pela “atividade orientada a um fim”, o controle metabólico

homem-natureza se realiza de modo a atender as necessidades de reprodução do “ser natural humano”, sejam elas do “estômago ou da fantasia” para usar os termos marxianos. Transformando a natureza em produtos/valores de uso “[...] o trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado” (MARX, 1996, p.300).

Mas aqui o processo de trabalho ainda está abstraído das suas condições históricas concretas. Na crítica à sociedade do capital, Marx (1996) desvela a forma histórica, concreta, do trabalho nessa formação social específica. No capitalismo, o controle sobre o metabolismo com a natureza está alienado das classes trabalhadoras na medida em que as relações de produção se desenvolvem separando o homem da natureza, do trabalho e do produto do trabalho, ao tempo em que separa, a cidade do campo, a sociedade civil do Estado, o indivíduo do ser genérico.

Foi por estar atento à produção capitalista como uma forma social e histórica de organização do trabalho que Marx (1996) conseguiu desvelar um sistema de produção e reprodução social que se baseia na produção de mercadorias, na exploração e extração da mais-valia do trabalhador, tendo a propriedade privada capitalista como base fundante desse sistema.

Se o metabolismo com a natureza já indicava traços destrutivos da intervenção humana em sociedades pré-capitalistas, a exemplo do desflorestamento que já era objeto de preocupação de pensadores antigos como Lucrécio, ou modernos como Jonh Evelyn (apud FOSTER, 2010), na fase de desenvolvimento histórico marcada pelo capitalismo, os traços destrutivos ganharam outros contornos, novas determinações específicas para a degradação ecológica, que Marx (1996) identificou como “falha metabólica” na interação homem e natureza, engendrada pela agricultura e pela indústria capitalista.

[...] Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois *cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade* [...] *A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador* (MARX, 1996b, p.132-133, grifos meus).

O “roubo” de nutrientes do solo é uma condição histórica que a agricultura e a indústria capitalista impuseram à natureza, enquanto a restauração desses nutrientes é uma exigência natural cuja negação se expressa no exaurimento do solo, na poluição das cidades, na insustentabilidade social e ecológica. Já naquele contexto de final do século XIX, Marx (1996) percebia que o “roubo” do solo se estendia também aos países colonizados cujos recursos naturais estavam a serviço dos países industrializados (FOSTER, 2010).

A problemática ecológica da falha metabólica que a produção capitalista engendra, nada mais é que uma das formas concretas de alienação do homem das condições naturais de existência que constitui a base fundante da propriedade privada capitalista e condição para sua reprodução. Daí a importância da crítica da economia política marxiana a partir da qual é possível desvelar o processo histórico da gênese do capital e das condições que garantem sua contínua e incessante acumulação

[...] Marx insiste que a alienação da terra é o *sine qua non* do sistema capitalista. Assim, no seu tantas vezes negligenciado último capítulo do volume 1 do *Capital*, “Sobre a Moderna Teoria da Colonização”, Marx aponta para a teoria da colonização de Edward Wakefield, na qual Wakefield argumentava que o único meio de manter nas colônias uma força de trabalho proletária barata para a indústria era encontrar um meio de elevar artificialmente o preço da terra. Do contrário, os trabalhadores rapidamente trocariam a indústria pela terra e se estabeleceriam como pequenos proprietários. Para Marx, isto indicava a contradição da separação e do afastamento da população da terra que constituía o alicerce sobre o qual repousava todo o sistema de trabalho formalmente livre. [...] (FOSTER, 2010, p.243).

A falha metabólica não cessou com o desenvolvimento do capitalismo, ela se aprofundou e se alargou de modo que a alteração nos ecossistemas com uma maior penetração capitalista em áreas naturais seja por via do agronegócio, da indústria extrativista de minério, de celulose, do desmatamento, da poluição do ar, das águas, também aproxima das cidades, formas de vida que tiveram seu habitat destruído ou profundamente alterado. É o que temos visto de forma contundente com a pandemia do novo coronavírus (sars-cov-2):

O ponto de vista da fenda metabólica, que é realmente o ponto de vista da ecologia radical dos sistemas, como se aplica às relações sociais (e particularmente) capitalistas, é fundamental para entender a atual pandemia de coronavírus. O biólogo evolucionista, epidemiologista e filogeógrafo, Rob Wallace, autor de *Grandes Fazendas Fazer Gripe* (Monthly Review Press, 2016), argumentou, junto com sua equipe de colegas científicos, que tanto a origem quanto a disseminação do COVID-19 podem ser visto como relacionado aos circuitos de capital (Wallace et al., “COVID-19 and Circuits of Capital”, Revisão mensal, publicado on-line em 27 de Março de 2020). O próprio capitalismo é o principal vetor de doença. Wallace explicou que a origem do SARS-CoV-2 e outros novos vírus recentes tem sido a penetração mais intensa do agronegócio nos sistemas naturais, criando brechas nos ecossistemas e entre espécies que permitem o surgimento de possíveis pandemias globais. Em “Notes on a Novel Coronavirus” (MR Online, 29 de Janeiro de 2020), ele argumenta que a solução estrutural é o forjamento de ‘um ecossocialismo que conserta a fenda metabólica entre ecologia e economia e entre o urbano e o rural e selvagem, impedindo que o pior desses patógenos surja em primeiro lugar’ (FOSTER, 2020).

Se a dessacralização da natureza conquistada pela sociedade capitalista e impulsionada pela necessidade de ampliação das carências sociais, da criação de novas necessidades e novos valores de uso poderia representar algum tipo de avanço na emancipação humana, liberando o homem das barreiras naturais e dos “pesadelos místicos” que a natureza engendrava, o fato é que, sob dominação do capital, essa desmistificação assume uma forma alienada, fetichizada pela qual “[...] a natureza fica enfim reduzida a ‘mero objeto para o homem’ e a ‘uma mera questão de utilidade’ [...]” (BENSAID, 1999, p. 442). E aquilo que podia ser o progresso da humanidade, com a extensão e diversificação das carências sociais, reveste-se de um estranhamento que domina o homem e não lhe permite usufruir universalmente dos benefícios prometidos:

[...] a dessacralização da natureza esboça assim um gesto emancipador para logo ceder à tirania de novos fetiches e ao desencantamento patente das relações mercantis. A universalização em tela é uma universalização truncada, que

não cessa de se negar, chocando-se contra as barreiras do capital tornado em si mesmo seu próprio limite [...] (BENSAID, 1999, p. 442).

Para Mézáros (2011, p.96), embora o “sistema do capital” tenha uma história bastante recente entre as formas de intercâmbio/metabolismo que os homens estabeleceram com a natureza, ele [o capital] é o mais “totalizador”, no sentido de absorver todas as esferas da sociedade segundo os seus imperativos estruturais e se apresenta como “*uma forma incontrolável de controle sociometabólico*”.

Como imperativos estruturais, o capital apresenta a expansão e a acumulação em escala cada vez mais crescente a partir da extração de trabalho excedente ou mais-valia. Já a capacidade de negar qualquer tipo de controle sobre tais imperativos deve-se à complexa divisão da sociedade em classes sociais antagônicas e o modo como se traduz na divisão social e técnica do trabalho por meio das quais as funções de produção e controle se separam. Desse modo, o capital cria para si uma necessidade (a de retirar dos sujeitos o controle sobre a produção) e uma dificuldade advinda da incapacidade das unidades econômicas isoladas de realizarem seu imperativo estrutural. A saída para corrigir tal «defeito estrutural», nos termos de Mézáros (2011, p.121), foi a criação de uma “estrutura totalizadora de comando político do capital”, capaz de garantir um mínimo de unidade, um controle político sobre as forças sociais hegemônicas, o Estado:

Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo - caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incomparável dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo -, a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura separada de comando político totalizador. Como prova da substantiva materialidade do Estado moderno, realmente descobrimos que, em sua condição de estrutura de comando político totalizador do capital, ele não está menos preocupado em assegurar as condições de extração do trabalho excedente do que com as próprias unidades econômicas reprodutivas diretas, embora, naturalmente, ofereça à sua própria maneira sua contribuição para um bom resultado. Entretanto, o princípio estruturador do Estado moderno, em todas as suas formas – inclusive as variedades pós-capitalistas –, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais da extração da mais-valia do trabalho excedente.

No contexto contemporâneo de um cenário de crise estrutural, para utilizar os termos de Mézáros (2011), a valorização do capital encontra cada vez mais dificuldades com as contradições geradas por sua dinâmica de acumulação. As condições físico-naturais de reprodução da vida no planeta ou as condições sociais de reprodução da classe trabalhadora são tratadas como entraves a sua expansão e para tanto devem ser submetidas à lógica da privatização, mercantilização e exploração ainda mais ampliadas. As necessidades ambientais e sociais não encontram acolhida, as demandas do ambientalismo são não integráveis ao sistema do capital, afinal, «[...] o capital não está mais em posição de fazer concessões que possam simultaneamente transformar-se em vantagens para si próprio” (MÉSZAROS, 2011, p.681).

A crise que decorre do confronto com seus próprios limites estruturais, conforme alerta Mézáros (2011), afeta não somente as unidades sócio-econômicas do capital, mas também

sua estrutura política, o Estado, que tem uma relação de reciprocidade dialética com o capital, de co-determinação, na perspectiva de assegurar as determinações objetivas do capital. Além do mais, as dificuldades crescentes para se obter eficácia na administração da crise, revela a gravidade que a crise contemporânea assume:

[...] o caráter predominante da tendência à quebra do equilíbrio (isto é, sua autoafirmação como *iibergreifendes Moment*) evidencia-se em nossa época pelo “retorno cada vez menor” que o sistema recebe dos esforços cada vez maiores investidos na reconstituição – com o auxílio desavergonhado de intervenções estatais diretas – do equilíbrio periodicamente (mas com cada vez maior frequência) perdido, ao passo que num passado mais remoto, a necessidade de reconstituição do equilíbrio parecia capaz de cuidar de si mesma (MÉSZÁROS, 2011, p. 655, grifos do autor).

Portanto, no debate que problematiza o sentido e a direção das políticas sociais e ambientais promovidas pelo Estado no bojo da crise capitalista, especificamente, como isso se expressa no enfrentamento da fome e do desmatamento, parto do pressuposto que a crise estrutural do capital em curso exige do Estado um papel fundamental e não é o de impor restrições para conter seus avanços predatórios sobre a natureza e sobre o trabalho. Nos cabe rastrear as suas formas de destruição e compreender os mecanismos de que se utiliza para alcançar o seu propósito de reprodução da riqueza com altos custos sociais e ambientais para a humanidade. Sigamos alguns desses rastros em terras brasileiras.

Expressões da devastação: fome e desmatamento no Brasil

Uma forma de devastação humana das mais profundas e avassaladoras se expressa na fome coletiva que adocece e mata milhões de pessoas no mundo ao longo do desenvolvimento capitalista e que nos faz pensar na lapidar frase de Marx e Engels (2007, p.32-33) quando afirmam que: “[...] os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais [...]”.

Se nos anos 1940, o geógrafo, médico e sociólogo Josué de Castro (1984), precursor dos estudos sobre a fome no Brasil e no mundo, ao prefaciar o seu livro¹, ressentia-se do que chamou “conspiração de silêncio”² em torno da problemática da fome – considerado um tema “delicado e perigoso” – o mesmo não se pode afirmar hoje quando não somente as estatísticas, mas as imagens dos famintos são amplamente divulgadas, mesmo que sobre o eufemismo de “insegurança alimentar”.

Ao que entendo, a força da permanência e gravidade desse drama tem sido objeto de análise das instituições de pesquisa, dos organismos internacionais, os dados são amplamente divulgados na mídia, de modo que é mais fácil admitir que naturalizamos a fome do que

1 Assim se pronunciava Castro (1984) ao apresentar o livro “Geografia da fome”: “O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho”.

2 “O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso. A tal ponto delicado e perigoso que se constituiu num dos tabus de nossa civilização. É realmente estranho, chocante, o fato de que, num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome, em suas diferentes manifestações. Consultando a bibliografia mundial sobre o assunto, verifica-se a sua extrema exigüidade. Extrema quando a vemos em contraste com a minuciosa abundância de trabalhos sobre temas outros de muito menor significação. Tal pobreza bibliográfica se apresenta ainda mais estranha e mais chocante quando meditamos acerca do conteúdo do tema da fome — de sua transcendental importância e de sua categórica finalidade orgânica.” (CASTRO, 1984, s/p).

afirmar que não a (re)conhecemos³. Senão como explicar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU,2015) entre os quais ainda estamos a enfrentar o desafio de erradicar a fome no mundo até 2030 (e pelas tendências apontadas de aumento da fome no mundo, as expectativas são de que não teremos êxito). Desde a criação da FAO em 1945, o debate girava em torno de alternativas para enfrentar a fome. Nos termos de Castro (1984, Prefácio, s/p), os anos pós Segunda Guerra exigiam a

criação de um plano universal de combate à fome, de extermínio ã mais aviltante das calamidades, uma vez que a fome traduz sempre um sentimento de culpa, uma prova evidente de que as organizações sociais vigentes se encontram incapazes de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas — a necessidade de alimentos.

Se há conhecimento suficientemente disponível para saber onde estão, quem são e quais as necessidades alimentares dos segmentos da classe trabalhadora, bem como capacidade tecnológica para produzir tais alimentos em quantidade e qualidade adequadas, o mesmo não se pode dizer das estratégias econômicas e políticas adotadas pelos países que têm contribuído muito mais para agravar, do que reverter o quadro de insegurança alimentar, como demonstra os indicadores sociais nos últimos anos.

Segundo relatório da FAO (2010 apud ZIEGLER, 2013, p. 47), a fome atingiu permanentemente em 2010, quase um bilhão de pessoas (925 milhões) dentre os 6,7 bilhões que povoavam o planeta. Sua distribuição desigual foi assim apresentada: nos continentes Asiático e Pacífico eram 578 milhões de esfaimados, na África Subsariana, 239 milhões, na América Latina e Caribe, 53 milhões, no Oriente Próximo e África do Norte, 37 milhões e nos países desenvolvidos, 19 milhões, sendo a África, a região mais afetada proporcionalmente. O autor chamava atenção para o fato de que no curso de duas gerações, entre 1969 e 2010, a curva ascendente da fome ficara bastante evidente depois de 2005, especialmente entre 2006 e 2009, enquanto o crescimento demográfico se manteve estável nestes anos, sem alterações significativas em relação a períodos anteriores.

No relatório publicado em 2020, a FAO indicou a existência de 690 milhões de pessoas com fome em 2019⁴, constatando um aumento de 10 milhões em relação a 2018 e de 60 milhões desde 2015. A constatação é de que a fome cresceu no mundo e a região da América Latina e Caribe não fugiu a essa tendência, posto que se em 2014 a fome era uma experiência sentida por 38,5 milhões de pessoas, em 2019 a experiência se alargou para 47,9 milhões de

3 Para essa afirmação não levo em consideração as jocosas, pra não dizer absurdas, declarações do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, quando ao contestar dados da FAO (2018), declarou: “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira” (Cf. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.htm>> Acesso em 10 de dezembro de 2020). Para responder a qualquer manifestação de cinismo, a citação de Castro (1984, p.48) continua atual e muito oportuna: “Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância, simbolizado até hoje nas lendas do Eldorado, sofre intensamente o flagelo da fome. E, se os estragos desse flagelo na América não são tão dramáticos como sempre foram no Extremo Oriente, nem tão espetaculares como se apresentaram nos últimos anos na Europa, nem por isso são menos trágicos, visto que, entre nós, esses estragos se fazem sentir mais sorrateiramente, minando a nossa riqueza humana numa persistente ação destruidora, geração após geração.”

4 Os dados sobre fome no mundo foram revisados e atualizados pelo mais recente State of Food Security and Nutrition in the World, publicado pela FAO em 2020, de modo que a redução em números absolutos não altera a tendência de crescimento observada nos últimos cinco anos: “Nesta edição, atualizações críticas de dados para a China e outros países populosos levaram a um corte substancial nas estimativas do número global de pessoas que passam fome, para os atuais 690 milhões. No entanto, não houve mudança na tendência. A revisão de toda a série sobre fome até o ano 2000 produz a mesma conclusão: depois de diminuir constantemente por décadas, a fome crônica começou lentamente a aumentar em 2014 e continua a fazê-lo.” (Cf. “Com mais pessoas passando fome e persistência da má nutrição, relatório da ONU levanta dúvida sobre atingir fome zero até 2030”.14 de julho de 2020. RETS. Rede Internacional de Educação de técnicos em Saúde. Disponível em: <http://www.rets.epsvj.fiocruz.br/noticias/com-mais-pessoas-passando-fome-e-persistencia-da-ma-nutricao-relatorio-da-onu-levanta>. Acesso em: 18 dez. 2020).

latino-americanos⁵.

No Brasil, a pesquisa do IBGE (2020a) revela uma reversão nos indicadores da insegurança alimentar (IA) que entre os anos de 2004 a 2013 apresentavam tendência de queda. Nos anos de 2017 a 2018, a fome voltou a crescer num patamar maior que o ano de 2004. Vejamos os dados: Em 2004, do número total de domicílios existentes no Brasil, 34,9% apresentava algum tipo de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave)⁶. Esse quantitativo foi reduzido para 30,2% no ano de 2009 e 22,6% no ano de 2013. A mais recente pesquisa constatou que nos anos de 2017 e 2018, o número de domicílios com insegurança alimentar subiu para 36,7%, o que denota um aumento dramático, chegando a superar os indicadores da série iniciada em 2004.

Temos, portanto, segundo o IBGE (2020a) uma estimativa de 25,3 milhões de domicílios onde o acesso ao alimento se faz de modo precário, seja num estágio leve (24% ou 16,4 milhões), moderado (8,1% ou 5,6 milhões) ou grave (4,6% ou 3,1 milhões de domicílios) e uma estimativa populacional de 84,9 milhões de pessoas com insegurança alimentar, sendo que 10,3 milhões estão nos domicílios de insegurança alimentar grave, ou seja, com privação severa de alimento⁷.

As desigualdades regionais, de gênero e de cor também são evidentes no que se refere à condição de segurança alimentar. Se domicílios no campo ou na cidade, chefiados por mulheres ou por homens, por pessoas pretas e pardas ou brancas, os indicadores aumentam ou diminuem⁸. No campo, onde se produz o alimento, a insegurança alimentar (IA) grave atingia em 2004, 9,6% dos domicílios, um número bem acima da média geral no país que era de 6,9%; nas séries seguintes o número de domicílios com fome no campo apresentou redução, porém, mantendo sempre um indicador acima da média nacional, de forma que em 2013, a média nacional de domicílios com IA grave foi reduzida para 3,2% e no campo tal indicador alcançou 5,5%. Em 2017-2018, com a regressão da fome a patamares mais altos do que ocorria em 2004, o campo apresentou 7,1% de domicílios da zona rural com IA grave, quando a média nacional foi de 4,6%. Em termos populacionais, mais da metade da população do campo (52,1%) apresenta algum tipo de insegurança alimentar: leve (30,2%), moderada (13,5%) e grave (8,4%). (IBGE, 2020b).

O “espetáculo” da fome que voltou a nos assombrar tem um cenário conhecido em nossas paragens e sobre esse drama já se debruçaram cientistas, artistas, literatos; eventos internacionais, conferências, movimentos sociais já fizeram ecoar suas proposições, políticas e programas. Mas se todo reconhecimento coletivo sobre a problemática da fome conseguiu em algum momento interromper sua pressa em devastar vidas, não foi, contudo, suficiente para enfrentá-la e atacar as razões estruturais que a reproduzem continuamente. Senão, como explicar a contradição de um país como o Brasil que alimenta o mundo, sendo uma das maio-

5 ONU: Fome na América Latina e no Caribe pode afetar quase 67 milhões de pessoas em 2030. 13 de julho de 2020. Disponível em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1297922/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

6 “Em relação à insegurança alimentar, os domicílios podem ser classificados em três níveis: leve, moderado e grave. Um domicílio é classificado com insegurança leve quando aparece preocupação com acesso aos alimentos no futuro e a qualidade da alimentação já está comprometida. Nesse contexto, os moradores já assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponíveis. Trocar um alimento por outro que esteja mais barato, por exemplo. No segundo nível, de insegurança moderada, os moradores já têm uma quantidade restrita de alimentos. A insegurança grave aparece quando os moradores passaram por privação severa no consumo de alimentos, podendo chegar à fome”. (IBGE.”10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave”. Agência IBGE Notícias.17 de setembro de 2020a.Disponível em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>. Acesso em: 18 dez. 2020)

7 Importante registrar que esses dados não contabilizam a população em situação de rua.

8 O Norte e o Nordeste apresentam os maiores índices de insegurança alimentar, de modo que o acesso regular ao alimento é um direito que está presente somente em menos da metade dos domicílios, sendo 43% e 49,7 % respectivamente; no Nordeste, 7,1% dos domicílios foi afetado pela IA grave, no Norte esse indicador chegou a 10,2%, enquanto no Centro-Oeste a fome alcançou 4,7% dos domicílios e no Sul, 2,2%. Os domicílios da área rural são mais afetados com a insegurança alimentar (46,4%) do que os domicílios da zona urbana (35,1%). Nos domicílios com IA grave, 51,9% são chefiados por mulheres e 58,1% destes domicílios têm pessoas autodeclaradas pretas ou pardas. (IBGE, 2020b).

res economias produtoras e exportadoras de grãos, ao tempo em que permite que mais de 10 milhões de brasileiros engordem a estatística da fome nos últimos anos?

Castro (1984) no seu inventário “Geografia da Fome” analisou as determinações socioambientais que estavam na base estrutural da produção e reprodução da fome, de modo a identificar que a forma de interação entre as condições sociais e os recursos naturais que o meio oferece, determinava a maior ou menor carência alimentar nas diferentes regiões do Brasil. No citado estudo, o autor apontava a Amazônia e o Nordeste açucareiro como áreas de fome endêmica⁹. Especificamente sobre o Nordeste, notificava o quanto o domínio da cana-de-açúcar, acompanhado do latifúndio e do trabalho escravo havia alterado a sua paisagem, antes revestida por floresta do tipo tropical, esgotando a riqueza do solo e promovendo a pobreza da população¹⁰:

O que é mais grave é que não foi apenas destruindo o que havia de aproveitável para a alimentação regional — riquezas da fauna, da flora e do próprio solo — que a cana foi prejudicial, mas também, e principalmente, dificultando e hostilizando em extremo a introdução de recursos outros de subsistência, que encontraria nessas terras tropicais condições as mais propícias ao seu desenvolvimento

A monocultura é uma grave doença da economia agrária, comparada por Guerra y Sanchez à gangrena que ameaça sempre invadir o organismo inteiro, e por Grenfell Price ao câncer, [pg. 126] com o desordenado crescimento de suas células se estendendo impunemente por todos os lados (CASTRO, 1984, p.117).

Vê-se então que desde quase o início da colonização brasileira até hoje, a alimentação do nordestino foi sempre de má qualidade e os inquéritos realizados nos anos 1930, 1940 e 1950 reafirmavam a permanência de uma alimentação pobre em calorias e proteínas. Para Castro (1984), o acesso à carne, que demandava um salário capaz de pagar o alto preço de um produto cujo abastecimento dependia de outras áreas, entrava na dieta alimentar “apenas para dar gosto à comida”:

No inquérito que realizamos na capital pernambucana encontramos em 1932 um salário médio diário de Cr\$ 3,60 o qual, estudado à luz da capacidade aquisitiva do nosso dinheiro naquela época, se revelava como um salário de fome. Pois bem: na zona rural, Gilêno De Carli, levando a efeito em 1939 um inquérito em oito usinas pernambucanas, encontrava para o trabalhador do campo, que constitui o grosso da população, salários que variavam entre 2 e 3 cruzeiros e meio. A falta de opção com outras espécies de trabalho obrigava o trabalhador rural a se submeter irremediavelmente à terrível exploração

9 O autor fazia a seguinte ressalva ao identificar as razões da fome nestas duas áreas na década de 1940: “A fome na Amazônia decorre principalmente da pobreza natural da floresta equatorial em alimentos. Já no Nordeste o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais, sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares” (CASTRO, 1984, p.106).

10 O avanço do latifúndio da cana-de-açúcar e destruição da diversidade de culturas agrícolas não se fez sem resistências, conforme registrou Castro (1984, p. 126): “No Brasil, a resistência dos índios abstencionistas e dos negros rebeldes dos quilombos, e mesmo dos colonos brancos e mestiços mais pobres desprovidos de terras, não deu para vencer a força opressiva do latifundiarismo. Para vencer as proibições contra a agricultura de outras utilidades e a criação de quaisquer espécies — proibições estabelecidas em cartas- [pg. 135] régias e reforçadas ao máximo pela autoridade ilimitada dos senhores de engenho, onipotentes em seu regime de vida escravocrata e patriarcal. Homens com um ciúme de suas terras maior do que de suas mulheres e horrorizados com o perigo de que estas terras se rebaixassem devassamento a produzir qualquer outra coisa que não fosse cana. Qualquer coisa menos nobre, seja de cultura índia ou negra — mandioca, milho, amendoim, feijão.”

ou a emigrar para as cidades ou para outras zonas econômicas do país. Atualmente estes salários foram sucessivamente majorados por lei, mas em compensação o custo da vida subiu de tal forma que a carne, o leite e os ovos continuam inacessíveis à capacidade aquisitiva do trabalhador rural da zona açucareira (CASTRO, 1984, p.133-134).

Contudo, apesar dos alertas, a autofagia do monocultivo da cana-de-açúcar¹¹ cresceu e se espalhou para outras regiões do Brasil, tendo o Sudeste como maior centro produtor, seguido pelo Centro-Oeste e pelo Nordeste. No período ente 2019-2020 foram 642,7 milhões de toneladas colhidas, sendo parte da produção da cana destinada aos agrocombustíveis e outra parte para a produção de açúcar (CONAB, 2019).

A modernização da agricultura, tanto com a Revolução Verde¹² nos anos 1970, quanto com o agronegócio nos anos mais recentes, criou outros produtos tão destrutivos quanto aquele, como podemos constatar com a expansão da produção e exportação da soja no país. No ranking apresentado pelo IBGE (2020c), entre os 10 cultivos mais valorizados do Brasil, a soja ocupa a primeira posição. Sua comercialização alcançou em 2019, um valor de R\$125 bilhões, seguida pela cana-de-açúcar (R\$54,7 bilhões) e pelo milho (R\$47,6 bilhões). O resultado de um comércio tão valoroso é o crescimento espantoso da área destinada a tais *commodities*: a soja ocupava 11,7 milhões de hectares no ano de 1995 e em 2019 já ocupava 35,9 milhões de hectares. A cana-de-açúcar ocupa uma área de 10.081.170 milhões de hectares e o milho é cultivado em 17.776.669 milhões de hectares. Enquanto a produção do agronegócio baseado na monocultura para exportação registra uma alta no valor das *commodities* num total de R\$361 bilhões de reais (IBGE, 2020c), o consumo no país enfrenta a alta dos preços dos alimentos, uma das condições determinantes do aumento da fome. Vejamos os dados.

A CONAB (2020a) registra que o Brasil é o maior produtor de soja e no período 2019-2020 produziu 124,8 milhões de toneladas desse produto; o arroz, um grão básico para a composição da cesta de alimentação nos domicílios brasileiros teve uma produção bem menor, 11,2 milhões de toneladas e uma redução na área plantada, posto que a soja avança sobre tais áreas. Tal redução não ocasionou queda na safra por conta da produtividade dos cultivos irrigados, concentrados no Sul do país e pelas condições climáticas favoráveis.

Contudo, como o interesse do agro é o negócio, estima-se que 1,5 milhão de toneladas de arroz será exportada, aproveitando as boas vendas para o mercado internacional, num contexto de alta demanda e de dólar valorizado. O aumento do consumo interno pelo alimento, a falta de estoque para regular o preço, a opção dos produtores em exportar, a necessária importação do produto mesmo com o dólar em alta, resulta num componente da cesta básica pelo qual a população vem pagando um preço exorbitante¹³. De acordo com Serigati e Possamai (2020) a alta de preços dos produtos básicos de alimentação é generalizada, não se restringindo ao arroz, cujo preço acumulou entre janeiro a agosto de 2020, uma alta de 19,3%. Do mesmo modo:

11 “Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. E é a pura verdade. [...]” (CASTRO, 1984, p.109).

12 De acordo com Grossi (2020, p.175): “O pacote tecnológico da revolução verde, criado no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial com o objetivo declarado de acabar com a fome no mundo, foi a estratégia capitalista de modernização técnica da agricultura, visando eliminar tanto as limitações da natureza quanto do trabalho humano. Este se caracteriza, de modo geral, pelas seguintes mudanças: uso de mecanização, com consequente redução da mão de obra utilizada tanto na preparação do solo quanto no plantio e colheita; utilização de sementes híbridas com vistas à ampliação da produção e da produtividade, principalmente das monoculturas para exportação; utilização de adubos, fertilizantes químicos e agrotóxicos.”

13 “Preço do arroz e feijão pesa mais no orçamento das famílias ameaçadas pela fome”. Extra Globo. 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/preco-do-arroz-feijao-pesa-mais-no-orcamento-das-familias-ameacadas-pela-fome-24644728.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

[...] outros bens importantes na mesa do consumidor tem seguido a mesma dinâmica, tais como o óleo de soja (cujo preço que acumula em 2020 uma alta de 18,6%), farinha de trigo (12,1%), feijão rajado (12,1%), feijão preto (28,9%), leite longa vida (23,0%), dentre tantos outros. Ou seja, o aumento expressivo dos preços não está concentrado apenas em um produto alimentício, mas amplamente disseminado. Dessa forma, a inflação dos produtos associados à alimentação no domicílio acumula uma expansão de 6,1% até agosto de 2020.

O agronegócio reduz as áreas destinadas à diversidade de produtos necessárias à dieta alimentar, aprofunda a concentração agrária e tecnológica, aumenta o desemprego e a fome no campo, além de tornar difícil o acesso ao alimento cujos preços oscilam em razão dos interesses de mercado e a qualidade torna-se cada vez mais duvidosa em razão do volume de defensivos e agrotóxicos que a produção em larga escala exige. Na análise de Grossi (2020, p.177).

O modelo de agricultura capitalista do agronegócio afirma-se, então, como o principal responsável pela crise alimentar mundial pois, ao tratar a terra, as sementes e os alimentos produzidos como mercadorias vem comprometendo a segurança alimentar, que, além de não ter sido alcançada com a revolução verde, tem sido ameaçada. Podemos dizer que uma das maiores contradições da revolução verde foi a criação de uma anticomida, produzida pelo agronegócio, que operou a transformação da agricultura num ramo de negócios, no qual a produção de alimentos se torna uma mera mercadoria a ser negociada para obtenção de lucros.

Como se não bastassem os rastros de gente devastada, o agronegócio tratora e estende seus monocultivos por áreas florestais, desmata, queima, ocupa áreas de reservas indígenas, áreas protegidas ambientalmente e contribui para o agravamento da crise ambiental, apesar de tantas vezes se colocar como “alternativa sustentável” para produção de agrocombustíveis. O discurso consensuado de que agrocombustíveis podem reduzir a crise climática como uma fonte de energia que emite menos CO₂¹⁴, parece “cegar” o custo ambiental e social do agronegócio da soja, da cana-de-açúcar e do milho, produzidos em larga escala para um mercado exportador bastante lucrativo e que deixa um rastro de destruição de florestas, da biodiversidade, dos cultivos alimentares, de camponeses e povos tradicionais, de modo tal que a qualificação de “energia limpa” deve-se mais a sua capacidade de gerar desertos por onde passa do que benefícios ambientais para a atmosfera. A análise de Ziegler (2013, p. 251-252) sobre a queima de alimentos para produção de agrocombustíveis é contundente:

Queimar milhões de toneladas de alimentos em um planeta em que, a cada cinco segundos, morre de fome uma criança de menos de dez anos é evidentemente revoltante.

14 Segundo o PNUD (2007/2008) os estudos científicos já demonstram o ritmo intenso com que vem aumentando as concentrações atmosféricas de CO₂ e outros gases de efeito estufa, de tal forma que ultrapassa a capacidade de absorção do planeta, que por essa razão sofre aquecimento e altera o ciclo climático num ritmo e magnitude diferentes dos ciclos naturais de mudança climática pelos quais o planeta já passou. Assim “[...] Embora o atual ciclo de aquecimento não seja único em termos de mudança de temperatura é único num aspecto importante – é a primeira vez que a humanidade mudou decisivamente um ciclo”. (idem, p.32). Segundo Marques (2016), apesar de todas as recomendações para redução da emissão de gases de efeito estufa, tal redução ainda não ocorreu. Desde 2013 se estabilizou em torno de 32 gigatoneladas anuais o que conduziu em 2015 a um aumento de 1°C na temperatura média do planeta, em comparação ao período de 1850-1900, o que faz o autor reiterar projeções de estudos que apontam o risco de não conseguirmos manter a temperatura em no máximo 2°C até o final deste século, limite considerado seguro por um consenso estabelecido em 1995, pela Conferência do Clima (COP1), apesar da contestação de alguns estudos científicos que apontam para a insegurança de tal limite. No Brasil, as emissões de CO₂ nos últimos anos chegam a 1,5 bilhão de toneladas. O país está entre as vinte piores posições entre 58 países avaliados pelo relatório The Climate Change Performance Index (CCPI, 2016 apud MARQUES, 2016, p. 43).

O tanque de um carro de tamanho médio que funciona com bioetanol se enche com cinquenta litros de combustível. Para produzir cinquenta litros de bioetanol, é preciso destruir 358 quilos de milho. No México e na Zâmbia, o milho é o alimento básico – com 358 quilos de milho uma criança da Zâmbia ou do México vive um ano.

A Anistia Internacional resume o que penso: “Agrocarbantes: tanques cheios e barrigas vazias”.

Sobre a terra, os impactos do agronegócio também são notadamente devastadores. Fernside (2020) afirma que o desmatamento na Amazônia está atrelado aos ciclos econômicos, de modo que a variação nos preços das matérias-primas e a especulação fundiária contribuem para um maior ou menor desmatamento, ou seja, o desmatamento é determinado pelas forças do mercado. Acresce-se o fortalecimento político do qual passa a se beneficiar os segmentos econômicos do agronegócio, a chamada “ala ruralista” que ocupa parte do Congresso brasileiro e cargos estratégicos no poder executivo¹⁵.

Assim, no ano de 2012, a queda no desmatamento que registrou uma taxa anual de 4.400 quilômetros quadrados (uma redução de 84% em comparação a 2004 quando o desmatamento atingia uma área de 30 mil quilômetros quadrados) não foi sustentável porque a principal razão da redução foi uma conjuntura econômica não favorável à exportação dos produtos agrícolas, tanto pela queda nos preços quanto pela valorização da moeda brasileira. A medida de restrição do crédito público estabelecida em 2008 pelo Banco Central em não oferecer créditos a agricultores e pecuaristas com multas por desmatamento ilegal ajudou a manter a taxa de desmatamento em queda até 2012, já que a medida afetava o grande e médio latifundiário. Mas logo o corte da floresta voltou a crescer ininterruptamente¹⁶, contribuindo para isso a nova legislação aprovada em 2012, que reduziu as proteções ambientais do Código Florestal Brasileiro, a subida dos preços da soja, os projetos de infra-estrutura como a construção de rodovias, portos, hidrelétricas, a subvenção do Estado ao oferecer crédito e reduzir impostos dos setores agroexportadores. Em síntese:

O aumento do desmatamento nos últimos cinco anos não nos deveria surpreender, já que os fatores subjacentes à destruição dos bosques continuam crescendo ano após ano. A cada ano a região amazônica fica mais populosa, mais estradas penetram na selva, há mais investimentos em agricultura e pecuária, e mais projetos de grande envergadura, tais como represas

15 Em 2016 assumiu o Ministério da Agricultura, Blairo Maggi, o maior produtor de soja do Brasil e que recebeu do Greenpeace o título de “Motosserra de ouro” pelo desmatamento da Amazônia, quando governou o Estado de Mato Grosso (FERANSIDE, 2020). O atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é também criticado por entidades articuladas à luta ambiental, como um político ruralista, ex-diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo, condenado em primeira instância por improbidade administrativa por fraudar o Plano de Manejo da área de proteção Ambiental da Várzea do Tietê (ASCEMA, 2020).

16 Em 2019 uma iniciativa multi-institucional, o Mapbiomas Alerta analisou e consolidou em um único relatório, o Relatório Anual do Desmatamento, todos os alertas prévios de desmatamento de vegetação nativa realizados pelos sistemas que monitoram os biomas brasileiros (DETER/INPE; SAD/IMAZON;GLAD/Universidade de Maryland) e constata que o Brasil perdeu 12.187 quilômetros quadrados de vegetação (1.218.708 hectares) o que equivale a oito vezes a cidade de São Paulo, sendo a Amazônia a área mais desmatada (770.148 mil hectares), seguida pelo Cerrado (408,646 mil hectares), correspondendo os dois biomas a 96,7% da área desmatada. Entre as Unidades de Conservação (UC), 226 tiveram algum evento de desmatamento em 2019, representando 12% da área total desmatada: a Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre foi a que mais apresentou alertas de desmatamento, totalizando 1197 eventos e a APA do Triunfo do XINGU, no Pará, foi a que teve a maior área desmatada (30.360 hectares). O estudo conclui que 62% dos desmatamentos detectados ocorrem em áreas com restrição legal para supressão de vegetação, a exemplo das UC, Terras Indígenas, Áreas de Preservação Permanente, enquanto que somente 0,5% da área desmatada está em áreas com autorizações para supressão e não sobreposto com áreas de restrição legal, concluindo que mais de 99% dos alertas de desmatamento apresentam irregularidades. (Cf. RELATÓRIO Anual de Desmatamento 2019. São Paulo: MAPBIOMAS.2020. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org/>. Acesso em: 28 nov. 2020).

hidrelétricas. As áreas ao redor das represas no rio Madeira (Santo Antônio, cuja barragem foi enchida em 2011, e Jirau, enchida em 2013) e no rio Xingu (Belo Monte, preenchida em 2015) foram pontos de intenso desmatamento. O mesmo ocorreu na estrada de Santarém a Cuiabá, que está sendo reconstruída para transportar a soja do Mato Grosso aos portos com acesso ao rio Amazonas (Pearce, 2011).

Os antigos motivos do desmatamento, como a especulação fundiária, a lavagem de dinheiro e a aquisição de terras –seja obtendo o título legal de propriedade da terra ou ocupando e evitando que sejam invadidas ou confiscadas, com ou sem um documento legal– continuam existindo. A tudo isso se soma uma economia livre para vender produtos agrícolas com fins lucrativos (FEARNSIDE, 2020, p.366-367).

Não é difícil constatar a cumplicidade do Estado em tudo que foi relatado até aqui, no apoio incondicional a uma estratégia de desenvolvimento que se sustenta no agronegócio, independente dos custos sociais e ambientais que tal estratégia possa causar. O avanço do desmatamento vem sendo favorecido pelo desmonte da regulação pública sobre o uso do meio ambiente, seja através da flexibilização da política ambiental ou da fragmentação e desfinanciamento dos órgãos executores (MENDONÇA, 2015; MARQUES, 2016). A descrição feita por Marques (2016, p.43) sobre o retrocesso dos pactos e acordos multilaterais no mundo e particularmente no Brasil fornece um quadro bem ilustrativo. Basta ver no aspecto climático, como o país apresentou graves retrocessos:

O relatório *The Climate Change Performance Index 2015* mostra que o Brasil “bateu no fundo do poço”: caiu da 10ª posição em 2007 para a 49ª posição entre os 58 países avaliados, portanto entre as dez piores posições. Na última edição desse *ranking* (CCPI, 2016), o Brasil saiu das dez piores posições, mas se manteve em 43º lugar, uma das 20 piores posições do mundo. Dependente do agronegócio e ideologicamente identificado com ele, o governo brasileiro comandou, permitiu ou viabilizou através de financiamento público o corte raso de 21.582 Km² da floresta amazônica em apenas quatro anos (agosto de 2011 a julho de 2015), uma área equivalente à do estado de Sergipe (21.910 km²). Além disso, não aderiu à Declaração de Nova York sobre Florestas (NYDF), subscrita por 180 partes no mundo todo, entre governos, corporações, povos indígenas e ONGs. Não subscreveu também a declaração de intenções de sete países latino-americanos de restaurar 20 milhões de hectares de terras degradadas. O governo brasileiro, inscreve-se, assim, entre os países que mais fizeram retroceder o multilateralismo enquanto se alinha às práticas predatórias do agronegócio que o financia [...].

O atual governo do presidente Jair Bolsonaro, aprofunda o cenário de destruição, na medida em que o mesmo se elegeu com um discurso beligerante contra as instituições públicas reguladoras do meio ambiente, com promessas de acabar com o que denominou de “ativismo ambiental xiita” e “indústria de demarcação de terras indígenas” e até o momento suas ações coadunam com tal programática. O desmonte dos órgãos ambientais alcança níveis degradantes e as consequências são sumariadas no dossiê elaborado por servidores dos órgãos ambientais federais:

Os servidores dos órgãos ambientais federais (MMA, IBAMA, ICMBio e SFB), mesmo sofrendo com o assédio institucional e

perseguição, vêm alertando sobre a gravidade dos problemas que, por sua vez, são reforçados pela falta de eficiência da gestão e a estratégia de desmonte. A desestruturação e enfraquecimento do MMA e de suas autarquias, como a extinção de setores e cargos de direção deixados vagos por longos períodos nos órgãos, contribuem para a paralisação e deliberada ineficiência das suas atividades. Além disso, a falta de critérios técnicos para a nomeação de pessoas, muitas sem conhecimento suficiente e sem experiência prévia para cargos de direção, com destaque para a substituição de servidores de carreira por militares das Forças Armadas ou policiais militares (inexperientes, porém obedientes), demonstram a intencionalidade do enfraquecimento da área ambiental na atual gestão (ASCEMA, 2020).

Ainda que nos limites desse artigo não seja possível apresentar os conflitos socioambientais que um cenário desses provoca, a indicação é de que as lutas de classes ganham contornos severos, que por vezes resultam em vidas perdidas nas persistentes batalhas por pão e terra.

Conclusão

Numa ordem social baseada na riqueza em forma de mercadorias, onde a condição para sua acumulação é um amplo processo de fetichização no qual as coisas dominam as pessoas e onde a exploração é a condição da riqueza de poucos e da pobreza de muitos, a resultante tem sido destruição ambiental e social. A reflexão desenvolvida, tendo por base os elementos empíricos assinalados, ainda que suscite outras mediações para adensar o debate, não deixa dúvidas quanto ao incontrolável domínio do capital sobre o trabalho e a natureza, efetivando um controle sociometabólico que, nos termos de Mészáros (2011), configura um processo permanente de “produção destrutiva”, como nos revela os dados de fome e desmatamento que devastam as riquezas vitais do corpo orgânico e inorgânico do homem.

A “questão social”, que tem na privação do acesso aos alimentos uma das mais persistentes e perversas expressões, pela qual milhões de trabalhadores se vêem negados ao direito à alimentação, está cada vez mais a desnudar suas resultantes, quando às desigualdades sociais se juntam as desigualdades ambientais, de modo que a devastação da natureza pelo capital, retira também às classes trabalhadoras o direito a um ambiente equilibrado e distribui desigualmente os prejuízos e benefícios do uso privado da terra, de preferência sem florestas, como demonstra o negócio do agronegócio.

Se as alterações na relação com a natureza se reduzem à dimensão técnica, novos meios de trabalho, novos processos técnicos, novas matérias ou mesmo, reciclagem das matérias utilizadas nos processos produtivos, então as inovações tecnológicas aparecem como o fator decisivo no equilíbrio ecológico. Ocorre que a tecnologia é determinada pelas relações sociais, pelo seu impacto na reprodução do capital, na dinâmica da sua acumulação, na possibilidade que os novos meios, as novas matérias e os novos processos de trabalho têm de propiciar mais exploração do trabalho e de mais-valia. A tecnologia não altera essas relações.

O uso de uma energia pretensamente “limpa” ou renovável, a exemplo dos agrocombustíveis ou a manutenção de uma energia “suja” como o petróleo, a despeito de todo conhecimento sobre seus efeitos no aquecimento do planeta, é determinada por sua correspondência com os interesses de reprodução do capital, com os interesses dos monopólios que assumem o controle do mercado mundializado e os negócios mais rentáveis. Se a produção de agrocombustíveis encontra um mercado importante para acumulação de capital, os investimentos nessa produção aumentam, a ponto de monopolizar o uso da terra para essa finalidade em substituição à produção de alimentos, esgotar o solo, usar intensivamente tecnologia, descartar força de trabalho, devastar matas e provocar a fome, situações insustentáveis ambiental e socialmente. Do mesmo modo, se a tecnologia contribui para uma ampla produção de alimentos, a subordinação das necessidades sociais às necessidades de reprodução ampliada do

capital, resultará no paradoxo de milhões de grãos e milhões de famintos.

O sociometabolismo destrutivo do capital deixa rastros de devastação que nos foi possível resumir brevemente neste artigo e nos coloca diante da exigência de alterar profundamente a forma alienante desse modelo de sociabilidade, o que implica “uma reconstituição qualitativamente diferente e produtivamente mais avançada da unidade há muito perdida das condições orgânicas e inorgânicas da existência humana [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.608-609).

Referências

ASCEMA. **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. Brasília, 04 de setembro de 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf . Acesso em: 27 nov. 2020.

BENSAID, D. Os tormentos da matéria. (Contribuição à crítica da ecologia política). In: BENSAID, D. **Marx. o intempestivo**. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.431-495.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 10.ed.rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. v.7. safra 2019-2020. n.12. Brasília: Conab, setembro de 2020a. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. v.6. safra 2019-2020. n.3. Brasília: Conab, dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/graos/boletim-da-safra-de-graos>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FEARNSIDE, P. M. Como sempre os negócios: o ressurgimento do desmatamento da Amazônia brasileira. In: FERANSIDE, P. M. **Destruição e conservação da floresta amazônica**. Vol.1 Manaus: Editora do INPA, 2020 (no prelo). Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2019/Destrucacao-v1/Destrucacao_e_Conservacao_da_Floresta_Amazonica-Miolo-prova.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOSTER, J.B. Capitalismo de catástrofe: mudança climática, covid-19 e crise econômica. **Revista Eco21**. Entrevista. 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://eco21.eco.br/capitalismo-de-catastrofe-mudanca-climatica-covid-19-e-crise-economica/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GROSSI, M. Questão ambiental e desafios produtivos e políticos ao MST: a reforma agrária popular e a agroecologia. In: ARAUJO, N. M. S. **Estado, “Questão ambiental” e Conflitos socioambientais**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020.

IBGE. PAM 2019: Valor da produção agrícola nacional cresceu 5,1% e atingiu o recorde de R\$361 bilhões. **Agência IBGE Notícias**. 1 de outubro de 2020c. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29005-pam-2019-valor-da-producao-agricola-nacional-cresceu-5-1-e-atingiu-o-recorde-de-r-361-bilhoes>. Acesso em: 10 dez. 2020.

IBGE. 10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave. **Agência IBGE Notícias**. 17 de setembro de 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>

agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave. Acesso em: 18 dez. 2020.

IBGE.POF 2017-2018: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. **Agência IBGE Notícias**. 17 de setembro de 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro 1, v.1, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política**. Livro 1, v.1, tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845/1846)**. Superv. edit.: Leandro Konder. Trad.: Rubens Enderle, Nélcio Scheneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo:Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**.8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**.2015b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

RELATÓRIO Anual de Desmatamento 2019. São Paulo: **MAPBIOMAS**. 2020. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SERIGATI, F POSSAMAI, R. C. Por que o arroz está tão caro. **Economia**. FGV. 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/arroz-esta-tao-caro>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez,2013.

Recebido em 20 de julho de 2021.
Aceito em 25 de agosto de 2021.